

**ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/2023, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, em consonância com a proposta de preços, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº., com sede na
....., nº, Bairro, Cidade/UF, CEP:, telefones: (....)
e-mail:, neste ato representada por, com CPF nº.
***.xxx.xxx-**, denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto prestação de serviços de rastreamento da frota de veículos oficiais do TRE/PR, com fornecimento de equipamentos por meio de comodato.

1.2 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por empreitada por preço global.

1.3 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato e anexos, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 - As especificações do objeto e requisitos necessários, bem como o detalhamento dos serviços e equipamentos estão previstos **no Termo de Referência - ANEXO I, anexo a este contrato.**

2.2 – Da abrangência: a empresa deverá prestar o serviço nos veículos da frota oficial deste TRE/PR, conforme listagem - Anexo II.

2.3 - A instalação dos rastreadores deverá ocorrer nas cidades onde o veículo está, **conforme Anexo II**, ou seja, nas cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, devendo-se agendar horário com a Seção de Transportes e Expedição, por meio do telefone (41) 3330-8644.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 - As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência- anexo I, parte integrante deste contrato.

3.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, até o adimplemento total da contratação.

3.3 - Manter sigilo acerca de todos os dados e informações a que tiver acesso por ocasião da contratação, somente divulgando informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome do TRE/PR, mediante sua prévia e expressa autorização.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 – A despesa com o presente instrumento correrá pelo:
Programa de Trabalho – PTRES:;
Nota de Empenho:, emitida em;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica: Custeio;
SIASG: 25410.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente contrato vigorará pelo período de **60 (sessenta) meses**, a partir da data de assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do Contratante, observado o interesse público, de acordo com os termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93, são aqueles previstos no Termo de Referência – anexo I.

6.2 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$
(.....), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	A = Quantidade Veículos	B = Valor Unitário Mensal R\$	C = Valor Frota Mensal R\$	Valor total ofertado (60 meses) R\$
Serviço de rastreamento	47	B =	C = A x B =.....	D = 60 x C =

7.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.1.2 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos do Instrumento de Medição de Resultado - IMR - Anexo IV, e Termo de Referência – Anexo I, conforme a seguinte tabela de graus e de incidência:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,50% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
2	1,00% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
3	1,50% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à Seção de Transportes e Expedição. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail ste@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

7.2.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da Contratada;
- Data de emissão da nota fiscal;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Número do contrato e,
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

7.4 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.4.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

7.4.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5 (cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até R\$17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

7.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

7.4.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$.

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.5 – Da regularidade fiscal:

7.5.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.5.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.5.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato e/ou anexo(s).

7.5.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.5.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo

setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA PROTEÇÃO, COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

8.1 - As condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

9.1.1 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da licitação, após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

9.2 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

10.1.1 - A aplicação de índices aos indicativos de qualidade se caracteriza como instrumento de gestão contratual (não se configurando sanção). Dessa forma, nada obsta à Administração aplicar as penalidades previstas em contrato pela qualidade insuficiente de qualquer dos indicativos.

10.1.2 - São condutas que podem ensejar o descumprimento deste contrato, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE E GRAVÍSSIMA, de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração, em consonância com os preceitos da lei, para fins de aplicação de penalidades:

a) considera-se LEVE: não cumprimento das cláusulas acessórias e/ou descumprimento reiterado das cláusulas contratuais; descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação, limitada a 5 (cinco) dias; não emitir a nota fiscal dentro do prazo; encaminhar nota fiscal com falta de documento; dificuldade ou falha total da emissão de relatórios do sistema; demora na regularização das falhas do sistema; falta de comunicação de dados / fatos ao contratante, dentre outras.

a.1) a irregularidade perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, será considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, ensejar rescisão unilateral do contrato;

b) considera-se MÉDIA:

b.1) o descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação, ou a paralisação dos serviços superior a 5 (cinco) dias, limitado a 10 (dez) dias;

b.2) cometimento reiterado de falhas, descritas no IMR, tendo como parâmetro mais de 03 ocorrências mensais;

c) considera-se GRAVE:

c.1) descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação, ou paralisação dos serviços, maior que 10 (dez) dias, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso será considerado inadimplência total;

c.2) quando o percentual de glosas do IMR, ANEXO IV - no mês for superior a 20% (vinte por cento), caracterizar-se-á conduta de natureza GRAVE, impondo-se inexecução parcial e abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades. Neste caso, o gestor procederá à glosa do percentual máximo (20% - vinte por cento), além de iniciar o PAD pertinente ao processo administrativo, que determinará a sanção cabível.

d) considera-se GRAVÍSSIMA a inadimplência total do objeto, bem como a cessação da prestação dos serviços;

e) a reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior e, em se tratando de reincidência de conduta GRAVE, poderá implicar rescisão unilateral do contrato.

10.1.3 - Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados:

a) ADVERTÊNCIA, para os casos de infrações de natureza LEVE;

b) MULTA de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços ou pelo atraso no cumprimento dos demais prazos estipulados, incidente sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso será considerado inadimplência total.

b.2) A partir do 31º dia de atraso na execução dos serviços, poderá haver suspensão dos serviços pelo Contratante e optar-se pela rescisão unilateral do contrato, com a consequente aplicação de multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, além da análise quanto à possibilidade de aplicação cumulativa da sanção de impedimento, descrita na alínea f.

c) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA e pela não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato;

d) MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

e) MULTA de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVÍSSIMA;

f) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com as sanções previstas na alínea “f” do item acima.

10.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.4 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.5 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Poderá também ser causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nos termos do Anexo IV – Declaração de Inexistência de Nepotismo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2023.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atualmente Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

² Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.